

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO

II SEMINÁRIO DE PESQUISA DA FESPSP

A PERSISTÊNCIA DAS IDEIAS DE “RAÇA” E “DEMOCRACIA RACIAL”: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES E PERCEPÇÕES SOBRE RACISMO E PRÁTICAS RACISTAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Aluno: Evandro Finardi Sabóia evandrofsaboia@gmail.com

Orientadora: Caroline Cotta de Mello Freitas carolinecmfreitas@gmail.com

1. Resumo

O texto discute as representações sociais do racismo buscando compreender como os sujeitos entendem o racismo e de que maneira as práticas racistas são identificadas e produzidas/reproduzidas na cidade de São Paulo. Para identificar o racismo e as práticas racistas presentes nas interações sociais de hoje utilizamos a noção de “senso comum” proposta por C. Geertz. A hipótese desse artigo é analisar se a “democracia racial” ainda se faz presente no imaginário dos sujeitos e, assim, saber se e como esta ideia influencia o modo como as práticas racistas se reproduzem e perpetuam. Isto é, se a ideia de “democracia racial” ainda se faz presente no “imaginário” de modo que os sujeitos continuem a reproduzir pensamentos associados a esta sem refletir sobre ou sem saber o que estão reproduzindo. A pesquisa apresentada neste artigo foi realizada por meio de entrevistas qualitativas e semiestruturadas. O artigo aborda ideias como “racismo”, “democracia racial” e “senso comum”, a fim de analisar os dados obtidos com a pesquisa de campo. A partir da análise das entrevistas validamos nossa hipótese, isto é, apresentando e discutindo as falas dos entrevistados conseguimos identificar e apontar a presença da ideia de “democracia racial” no imaginário dos sujeitos e de que forma esta se perpetua no senso comum.

Palavras-chave: Racismo, democracia racial, práticas racistas, senso comum, raça/cor.

2. Introdução

O presente artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica que foi realizada entre agosto de 2012 e julho de 2013, sobre o tema “A Persistência das

Ideias de “Raça” e “Democracia Racial”: Uma Análise das Representações e Percepções sobre Racismo e Práticas Racistas na cidade de São Paulo”. Neste artigo apresentamos os dados obtidos por meio das entrevistas e sua análise.

Assim, descrevemos o modo como os sujeitos entrevistados entendem o racismo e de que maneira as práticas racistas são percebidas, produzidas/reproduzidas. Nossa hipótese é de que a noção de “democracia racial” ainda se faz presente no imaginário dos sujeitos, portanto, interessa demonstrar se e como esta ideia influencia o modo como as práticas racistas se reproduzem e perpetuam.

Os conceitos que procuramos desenvolver com maior detalhamento foram “racismo”, “democracia racial” e “senso comum”; a reflexão foi centrada nestas ideias pelo fato de acreditarmos que estas são essenciais para responder o problema deste artigo, uma vez que nortearam a pesquisa de campo, e, entendemos, estão interligadas. Ao pensarmos o racismo, da forma como nos propomos, entendemos ser necessário também levar em consideração o senso comum, pois é na relação entre ideais racistas (racismo, práticas racistas, preconceitos) e o senso comum e nessa interação que as práticas racistas irão se realizar. É a partir da percepção do “observador de práticas racistas” que discutiremos se ainda se faz presente no imaginário dos sujeitos a ideia de democracia racial e se é esta que norteia o senso comum no que diz respeito às relações sociais em nossa sociedade.

Ao longo da realização da pesquisa ocorreram mudanças de direção por diferentes motivos, o que nos fez repensar por exemplo, mas não só, o formato em que as entrevistas aconteceriam e até mesmo o local mais adequado para fazê-las, sendo assim, entendemos necessário apresentar as alterações de rota que aconteceram pelo caminho.

O parecer sobre o primeiro relatório nos orientava a mudar a amostra, pois esta poderia “*i) não auxiliar na validação da hipótese; ii) apresentar apenas um lado das representações sobre racismo*”, acreditamos que essa sugestão do parecer foi correta. Apesar de sabermos que a organização não-governamental EDUCAFRO, nosso foco inicial, não é mais um espaço voltado apenas para negros, como foi anteriormente, pois hoje a ONG se caracteriza por atender a população pobre. Como afirma seu portal na internet: “*tem a missão de promover a inclusão da população negra e pobre, nas universidades públicas e particulares com bolsa de estudos, através do serviço de seus voluntários/as nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da sua Sede Nacional, em forma de mutirão*”. Como pudemos verificar em campo, nem todos os atendidos pela EDUCAFRO se autodeclaram negros. Foi somente indo a campo que percebemos, graças à realização de um pré-campo, que

as respostas dos alunos estavam seguindo o que o parecer nos alertou, isto é, estávamos apenas colhendo um lado das representações sobre o racismo. As duas entrevistas realizadas indicaram que as aulas da disciplina de “Cidadania” acabam fornecendo uma reflexão sobre o assunto muito parecida entre os alunos e, com isso, as respostas por mais divergências que tivessem em exemplos e citações, permitiam o acesso a um universo uniforme sobre as representações acerca do racismo e suas manifestações. As aulas de cidadania criam uma auto-consciência entre alunos, algo que, não acreditamos ser generalizado em nossa sociedade, portanto entrevistá-los seria fazer um recorte que não representaria o imaginário dos sujeitos em geral. Assim, a inspiração teórica de Geertz (1997), a qual trataremos com mais detalhes adiante, nos permitiu perceber que as respostas estavam seguindo um mesmo padrão e, também por esse motivo, decidimos acatar a sugestão feita no parecer e rever o recorte da amostra para a pesquisa.

Num segundo momento, fomos verificar a possibilidade de realizar as entrevistas na região do Largo do Arouche, mas encontramos um problema semelhante, embora de outra natureza. Pois grande parcela da população que frequenta e circula naquela região é de GLBT's (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), e, portanto, entendemos que essa característica da população da área talvez pudesse modificar a amostra no que tange à discriminação e preconceito. Uma vez que as falas poderiam indicar a sobreposição de experiências discriminatórias no que se refere a orientação sexual, e isso poderia afetar o objetivo da pesquisa que era estudar o racismo, por esta razão resolvemos alterar novamente a amostra. Chegamos, então, à região da Praça Dom José Gaspar, que acreditamos ser o ambiente que atende às sugestões apontadas pelo parecer ao relatório uma vez que lá encontramos pessoas das mais variadas classes sociais e “*brancos e não-brancos*”¹, conforme apontamentos do parecerista, nos permitindo, assim, colher dados adequados à verificação da hipótese de que a ideia de democracia racial ainda se faz presente no imaginário dos sujeitos.

3. Metodologia e Descrição da realização da pesquisa

A maioria das entrevistas foi realizada na praça ou nas suas proximidades, sendo utilizado um questionário semiestruturado que servia como orientador, contendo dez perguntas. O roteiro de entrevistas buscou identificar nas primeiras perguntas o perfil do entrevistado, sendo elas: 1- Nome; 2- Idade; 3- Sexo; 4-

¹ A utilização do termo brancos e não-brancos não é uma escolha do autor do artigo, mas sim uma citação do parecer ao relatório, por isso a sua utilização.

Escolaridade. Já na parte das questões que buscava analisar e estimular o entrevistado a falar sobre a temática do racismo e práticas racistas, as perguntas foram as seguintes: 5- O que compreende por racismo? Por quê?; 6- O que define/caracteriza uma atitude racista para você? Por quê?; 7- Você já observou/presenciou no seu dia a dia atitudes racistas? Pode dar alguns exemplos?; 8- Qual é a sua opinião das políticas de ações afirmativas?; 9- Você se relacionaria com uma pessoa de outra raça/cor? Por quê?; 10- Teria filhos com essa pessoa? Por quê?

Antes de realizar as entrevistas qualitativas, foi necessária uma preparação. Esta nos remeteu, a princípio, a Roberto Cardoso de Oliveira (1996) e sua discussão sobre os três “atos cognitivos” inerentes ao modo de compreensão da ciência social, uma vez que estes atos (olhar, ouvir e escrever) afetam diretamente a pesquisa de campo.

Os dois primeiros fazem menção ao *being there*, ou seja, remetem à experiência em campo. Assim, o primeiro passo a ser dado para que possamos ter uma experiência empírica mais completa, é o que Oliveira (1996) chama de “domesticação do olhar”, a partir do que aprendemos com as teorias das ciências sociais, pois quando partimos para a fase de trabalho empírico levamos conosco estes estudos prévios – revisão bibliográfica e leituras –, e, conseqüentemente, “(...) o objeto sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (p.19). Por meio do “olhar” analisamos o ambiente e obtemos pistas sobre determinada sociedade, cultura e costume.

O ouvir é o ato complementar do olhar, funcionando também como filtro. Como os dados serão obtidos por meio de entrevistas, é preciso saber ouvir, já que devemos estar preparados, para, além da eventual dificuldade linguística – no caso de outras sociedades – uma dificuldade que é a diferença entre “idiomas culturais” (p.23). É preciso ter a sensibilidade de perceber que existem diferenças de mundo que se encontram no momento da entrevista. No caso de nossa pesquisa, essa dificuldade se apresentou pelo fato de o pesquisador ser estudante universitário, e, portanto, ter um conhecimento específico sobre a temática que os entrevistados, talvez, não possuam.

Diante disso, Oliveira (1996) propõe pensar sobre a relação entrevistador e entrevistado, e nos oferece a sugestão para transformar esse “confronto” em um “encontro etnográfico”. Isso acontecerá a partir do momento em que o pesquisador colocar o seu informante em uma posição de “interlocutor”, fazendo-o passar daquele

que simplesmente fornece informações para aquele que está compartilhando um ato de fala, atitude na qual o ouvir tem papel imprescindível.

Finalizada esta etapa, passamos para a parte que Oliveira (1996) considera mais “crítica”, o *being here*, quando o pesquisador volta para o “gabinete” e, já no convívio acadêmico, começa a trabalhar o que foi encontrado no *being there*, quando se dá “(...) o processo de textualização dos fenômenos socioculturais observados ‘estando lá’.” (p.25). Neste momento existe a dificuldade de colocar tudo que foi encontrado em um discurso acadêmico, há que se tomar todo cuidado ao se fazer a análise conceitual dos dados obtidos. Isso se dará a partir de uma reflexão que por meio de uma dissertação final, permitirá a junção entre teoria e dados obtidos consistindo na análise.

Em campo utilizamos a técnica de observação participante. Segundo Haguette (2003) não há uma definição clara sobre esta técnica nas ciências sociais, o que a autora propõe são algumas definições que partiram de casos específicos, dentre estes, o que mais se adequa a nossos objetivos é a dada por Morris S. Schwartz e Charlotte Green Schwartz (1955), segundo os quais trata de “(...) um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados.” (p.71).

Numa segunda etapa do trabalho em campo serão realizadas entrevistas centradas. De acordo com Thiollent (1980): “(...) a entrevista centrada (*focused interview*) na qual dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado (...)” (p.89). Devemos realizar entrevistas com base em um roteiro de perguntas, mas deixamos o entrevistado falar abertamente diante de nossos questionamentos, apenas interpelando-os caso sintamos necessidade de explicações ou de algum foco específico. Foi isto que fizemos neste pesquisa, em que foram realizadas dez entrevistas, este número foi definido no projeto de pesquisa para que os objetivos fossem alcançados.

É importante dizer que tentamos nos basear nos quatro fatores que podem gerar tanto o sucesso como as falhas na entrevista, sendo eles, segundo Haguette (2003): o entrevistador, o entrevistado, a situação de entrevista e o instrumento de captação de dados (o roteiro, no caso). Fomos principalmente sensíveis com o 4º item, que pode levar o entrevistado a sentir-se nervoso ou ansioso:

“4) os pesquisadores, na maioria vinculados a universidades, são muitas vezes percebidos como indivíduos sofisticados e de alta educação, o que pode criar uma reação de defesa por parte dos entrevistados. Dependendo do tipo de percepção, os entrevistados podem recorrer a mecanismos de defesa tais como: colaboração aparente, recusa em responder, silêncios ostensivos, desvios no direcionamento da entrevista, “esquecimentos” protetivos(...)” (HAGUETE, 2003, p.91)

Este ponto nos remete novamente ao que discutimos com Roberto Cardoso de Oliveira (1996), sobre a relação entre entrevistador/entrevistado, e aqui reiteramos nossa preocupação primordial com a questão da interlocução, do ouvir e olhar atenciosos, de buscar a empatia e a humildade das quais Roberto Da Matta nos fala em “*O ofício do etnólogo ou como ter ‘Anthropological Blues’ (1978)*”, pois é só assim que podemos alcançar a descrição densa, etnográfica – aquela que passa por todas as camadas do que está sendo observado.

As entrevistas foram realizadas durante o dia, normalmente no período vespertino, sendo que quatro pessoas que foram abordadas não aceitaram dar entrevistas quando explicamos sobre o que se tratava. Com duas pessoas iniciamos a entrevista, mas quando chegamos às perguntas sobre a temática racial elas abandonaram a entrevista pedindo desculpas por não poder colaborar, justificando que atrasadas para um compromisso.

Durante as entrevistas algumas pessoas se mostraram nervosas, no entanto acreditamos que isso não prejudicou o resultado. Também pudemos perceber que durante as entrevistas as pessoas pareciam buscar uma forma adequada de falar sobre raça, preocupadas em utilizar “bem” as palavras para que não fossem mal interpretadas. Após o término das entrevistas, mais da metade dos entrevistados, questionou se as respostas estavam de acordo com o que a pesquisa desejava e se tinham respondido corretamente as perguntas.

Outro ponto que surgiu durante as entrevistas foi a utilização do gravador, algo que deixou algumas pessoas incomodadas, parecendo até mesmo não saber como responder as perguntas. Algumas delas, em determinados momentos da entrevista, pediram para desligar o gravador, pois assim responderiam e analisaríamos se a resposta estava “correta” e depois a repetiriam com o gravador ligado. Em outros momentos, as expressões faciais dos entrevistados e os olhares para o gravador indicaram que as pessoas se sentiam intimidadas pelo aparato. Três entrevistas começaram com o gravador ligado e foram finalizadas apenas com anotações, pois os entrevistados disseram que terminariam de responder todas as perguntas do questionário, mas com a condição de que o gravador fosse desligado, nas palavras de um deles “*estou sem jeito, seria possível desligar isso (gravador), pois assim*

continuarei a responder suas perguntas com mais naturalidade, desculpa, mas o gravador me deixa sem graça”, e assim foi feito.

A análise das dez entrevistas será apresentada após a discussão teórica, após a discussão sobre as ideias de democracia racial, de raça e de senso comum com que trabalhamos.

4. Categorias de análise: Raça, democracia racial e senso comum

A pesquisa teve como objetivo identificar e analisar como os sujeitos entendem o racismo e de que maneira as práticas racistas são identificadas e produzidas/reproduzidas na cidade de São Paulo. Para tanto, entendemos que existe a necessidade de se fazer um levantamento histórico sobre o debate acerca do racismo e conceituá-lo, para contextualizá-lo em relação ao debate atual.

O racismo surge nos séculos XVI e XVII, sobretudo neste último, embora ainda não fosse identificado como racismo, era na verdade denominado e compreendido como barbarismo. No entanto, podemos constatar que foi nesse momento que se caracterizou na história da humanidade a primeira prática discriminatória (SEYFERTH, 2002). Segundo Seyferth (2002):

“A dicotomia entre bárbaros e civilizados foi consequência lógica desse pressuposto **(desprovidos de razão e consequentemente incapazes de formar sociedades civis)**, e o conceito bárbaro, aplicado de diferentes maneiras, tem um sentido comum a todos os usos: a implicação de inferioridade. Surgida para designar o outro (depois assumido como intruso, estranho ou estrangeiro), logo se tornou palavra denotativa de desigualdade cultural, incivilidade, pois a natureza bárbara sempre foi definida por distintivos como a ferocidade e crueldade” (p.18 – grifos meus).

Assim, os europeus praticavam a diferenciação através do eurocentrismo, isto é, a cultura europeia colocada no centro do mundo e tudo aquilo que fosse diferente dela era discriminado, foi assim que o barbarismo se tornou a primeira prática de racismo que a humanidade conheceu. E é justamente por meio dessa questão que se chega à ideia de racismo, porém antes da diferenciação por raça, que virá a caracterizar o racismo, surge a ideia de etnia. Etnia aparece na antiguidade clássica a partir do conceito grego de *Ethnos* que estava ligado a questões culturais, embora se atribua a ela também algumas distinções biológicas.

A expansão marítima e consequentemente a descoberta da América pelos europeus produziu uma associação entre barbarismo e canibalismo, atribuindo assim um aspecto de subumanidade aos nativos (SEYFERTH, 2002).

“Comentando a estreita ligação entre selvagens e canibais no espírito europeu, Leach (1989, p. 63) assegurou que ‘desde o início da expansão europeia os invasores tiveram tendência para tratar todos os novos povos descobertos, do sul da África e das Américas, como seres pouco humanos, uma doutrina conveniente que implicava que eram objetos legítimos para a escravatura, exploração e extermínio” (SEYFERTH, 2002, p.19).

Com esta justificativa, baseada na pretensa não humanidade destas populações, os europeus começaram a explorar esses “*povos descobertos*” por meio do comércio de escravos, dando partida para séculos de escravização de pessoas na África e no Novo Mundo. A história do racismo no mundo ocidental inicia-se nesse contexto, e é amplamente associada à escravidão. E é nesse momento que algo chamado raça é criado, o que significa essencialmente que os brancos, os negros e os índios estabeleceram suas ideias de raça², a partir das relações estabelecidas através do contato. Os europeus não se tornaram traficantes de escravos e escravizadores por serem racistas. Tornaram-se racistas porque usavam escravos para obter grande lucro nas Américas e criaram um conjunto de atitudes em relação aos negros para justificar o que faziam. A verdadeira força motriz detrás do sistema escravocrata era a economia. Portanto, pode-se notar que essa diferenciação e essa superioridade que os europeus estabeleceram para com os africanos e ameríndios foi uma das primeiras demonstrações de racismo e das formas de conceituá-lo.

Segundo Guimarães (2004), “*o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual*” (p.17).

Partindo dessa afirmação, nota-se que a primeira prática racista foi a diferenciação entre os europeus e os nativos, que se evidencia quando lembramos que os europeus se colocaram como superiores e, portanto, em uma posição que os permitia explorar e exterminar africanos e ameríndios. Ainda segundo Guimarães (2004), o

“Racismo, em primeiro lugar, é referido como sendo uma doutrina, quer se queira científica, quer não, que prega a existência de raças humanas, com diferentes qualidades e habilidades, ordenadas de tal modo que as raças formem um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais” (2004, p.17).

Voltando nossa atenção para o Brasil, temos que após a abolição da escravização em 1888, o governo brasileiro aumentou seus investimentos na imigração. Visando a imigração de europeus, brancos, para o país. Influenciadas

² Segundo Guimarães (1999): “‘Raça’ é um conceito relativamente recente. Antes de adquirir qualquer conotação biológica, ‘raça’ significou, por muito tempo, ‘um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum (BANTON, 1994:264)’ (p.23).

também pelos debates europeus sobre eugenia³, se desenvolveram no Brasil ideias sobre a necessidade de branqueamento da população. A ideia de eugenia se fez presente nos debates políticos e acadêmicos no país entre o final do século XIX e começo do século XX, e teve grande repercussão na negação e na legitimação da exclusão social de uma parcela da população brasileira, gerando consequências que repercutem até os dias de hoje.

Apresentaremos um breve histórico sobre o debate da questão da eugenia, a fim de indicar sua importância para o desenvolvimento das ideias raciais no Brasil e do modo como este discurso científico chegou ao senso comum, formando e informando o racismo e suas manifestações no país. A história da eugenia se inicia na Europa com o médico inglês Francis Galton, conhecido como pai da eugenia. Segundo Diwan (2011): “A teoria evolucionista foi o pontapé que inspirou Galton a dedicar-se ao desenvolvimento de uma teoria social que tivesse como objetivo principal a evolução da raça” (2011, p.39). E é o princípio de necessidade de evolução da raça que irá nortear os pensadores brasileiros, muitos desses influenciados pelas ideias europeias e de pensadores que vinham ao Brasil para compreender a miscigenação. Como o caso de um viajante suíço que, segundo Schwarcz (1996, p. 171), concluiu seu livro *Viagem ao Brasil* de 1865, afirmando que: “*quem quiser ter um exemplo do que é a degeneração e a mistura racial extremada, venha ao Brasil e terá a prova da degeneração local.*” Além disso, as questões eugênicas sempre foram um problema para os intelectuais brasileiros, pois nessa época a nossa população já era composta de uma maioria mestiça. Segundo o recenseamento de 1872, tínhamos setenta por cento de nossa população considerada mestiça, isto é, composta por negros, pardos e caboclos, logo, pensar a questão da eugenia nos moldes da perspectiva europeia não seria possível devido ao alto número de mestiços. Uma vez que “segundo os modelos da época, pior do que as ‘raças puras inferiores’, eram as raças mestiças, já que da mistura de espécies muito diferentes só poderiam surgir produtos absolutamente degenerados” (Schwarcz, 1996, p.172).

A ideia de inferioridade da população brasileira, porque composta de mestiços, fica explícita quando Dante Moreira Leite a apresenta e discute a questão a partir das ideias de Nina Rodrigues, que “*Aceitava integralmente o evolucionismo do século XIX e considerava que, entre os outros países, o Brasil se inferiorizava, não só pela*

³ “Eugenia é o estudo dos meios de melhorar o patrimônio genético das populações, ou de impedir que ele se deteriore. As medidas eugênicas tendem a elevar as frequências de genes ou conjuntos gênicos benéficos, ou impedir que elas caiam (eugenia positiva), e tendem a reduzir as frequências dos genes ou conjuntos gênicos nocivos, ou a evitar que elas aumentem (eugenia negativa)” (FROTA-PESSOA, 1996, p.37).

existência de negros, mas também pela mestiçagem.” (1976, p. 220) O pensamento social da época caracterizava a “*mestiçagem*” como algo inferior, mas, eventualmente, como condição e possibilidade para a transformação da sociedade, via branqueamento da população. O debate da época se caracterizava por uma ambiguidade, isto é, alguns teóricos eram contra a miscigenação e outros a favor, um exemplo dessa ambiguidade é o crítico literário Silvio Romero. Segundo Telles (2003):

“Apesar de concordar que negros e sobretudo índios eram inferiores aos portugueses, que por sua vez eram inferiores aos ‘germanos-saxões’, Romero considerava a possibilidade de que a miscigenação poderia produzir um crescimento vigoroso e, portanto, os brasileiros poderiam ser beneficiados racialmente em seu desenvolvimento futuro. A indefinição de Romero sobre as consequências da miscigenação certamente contribuiu para o clima de insegurança racial da elite, mesmo que em 1888 ele tenha começado a ter mais convicção e otimismo quanto à miscigenação e ao futuro do Brasil” (TELLES, 2003, p.45).

O pensamento vigente nos círculos intelectuais brasileiros daquela época, como se nota, se caracterizavam pela ambiguidade. Esta marcou o pensamento da época e permitiu a difusão, entre os intelectuais, da ideia de que a miscigenação seria a solução para superar o problema da inferioridade do negro e do mulato. As teorias do branqueamento da população se difundiram e se tornaram preponderantes nesse momento. Com base nelas se buscava a solução para o “problema”, por meio da imigração de pessoas de países europeus para o Brasil. Em consequência, “*a elite no Brasil trouxe e subsidiou imigrantes europeus para melhorar a qualidade de sua força de trabalho e substituir os ex-escravos.*” (TELLES, 2003, p. 46)

Os intelectuais brasileiros difundiram a ideia de branqueamento e, assim, respaldaram as políticas de imigração, uma vez que a imigração seria o que viabilizaria o embranquecimento da população brasileira. Essas discussões tem origem no início do século XX e ganharam força até meados da década de 1930. No entanto, o debate sobre a necessidade de branquear nossa população também desencadeou, segundo Schwarcz (1996), o surgimento de uma nova vertente no debate, a de valorização da mestiçagem. Segundo a autora, “*o importante não é ficar só delatando o preconceito, o que em si já é relevante, mas tentar entender qual foi a química que aconteceu nos anos 30 que transformou esse cenário, de profundo pavor da mestiçagem, na mística da democracia racial.*” (1996, p.176) Deste modo, é preciso apontar que foi no bojo deste debate que as ideias de valorização da mestiçagem e de “democracia racial” também se desenvolveram.

O conhecimento dos debates sobre as ideias de branqueamento, de mestiçagem e de miscigenação são importantes para a compreensão do termo

“democracia racial”, algo fundamental para a pesquisa que realizamos. Segundo Guimarães (1999, p.17), “A expressão *democracia racial* se caracteriza por uma sociedade igualitária, na qual não há discriminação e nem preconceito e que a mobilidade social é reduzida aos fatores de classe social e do sexo, sendo a discriminação irrelevante”. A conclusão dessa cadeia de afirmações é que em nosso país não existe racismo porque todos são, em alguma medida, mestiços; ou seja, a ausência de “pureza racial” coibiria manifestações de racismo no Brasil. Sendo assim, a própria miscigenação é entendida por uns como uma estratégia de uma cultura não racista e algo que permite a reafirmação do “mito da democracia racial”. Schwarcz (1999) afirma que:

“(…) o mito da democracia racial aparece ancorado na cultura. Dessa maneira, tomando os termos de Lévi-Strauss, poderíamos dizer que o mito se “extenua sem por isso desaparecer” (1975). Ou seja, a oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução racional, o que faz com que mesmo reconhecendo a existência do preconceito, no Brasil, a ideia de harmonia racial se imponha aos dados e à própria consciência da discriminação” (p.309).

O mito da democracia racial é associado comumente à obra “*Casa Grande & Senzala*”, de Gilberto Freyre, porém Guimarães (2002) indica que “na literatura acadêmica especializada, no entanto, o uso primeiro parece caber a Charles Wagley”⁴. Freyre, em “*Casa Grande & Senzala*” (1933), destaca a condição do escravo que vivia situações diferentes do trabalho compulsório nas casas e lavouras. De fato, muitos escravos viveram situações em que desfrutavam de certo conforto material ou ocupavam posições de confiança e prestígio na hierarquia da sociedade colonial. Os próprios documentos, dados e relatos históricos utilizados na obra de Freyre apontam essa tendência. Freyre irá caracterizar essa tendência em suas obras nas quais apresenta a ideia de “democracia social” e de “democracia étnica”. A democracia social o autor entende como a igualdade de oportunidades sociais e culturais independentemente da origem dos homens, já por democracia étnica, supostamente encontrada no nordeste da época, uma situação na qual os sujeitos se combinam livremente dando origem aos mestiços. As duas caracterizações feitas por Freyre foram essenciais para outros autores, como R. Bastide (1950), definirem a “*democracia racial*”. Segundo Guimarães (1999), para R. Bastide a democracia racial “significa um ideal de igualdades de direitos, e não apenas de expressão cultural,

⁴ Segundo Guimarães (2002): ““O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial”, escrevia Wagley, em 1952, na “Introdução” ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil, patrocinados pela UNESCO (Wagley, 1952). Ao que parece, Wagley introduziu na literatura ‘relações raciais’ a expressão que se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais. Como vemos adiante, Gilberto Freyre (1969 [1933], 1936) não pode ser responsabilizado integralmente, nem pelas ideias nem pelo seu rótulo; ainda que fosse o inspirador da ‘democracia racial’, evitou, no mais das vezes, nomeá-la assim, tendo-a conservado, ademais, com um significado bastante peculiar” (p. 139).

artística e popular, constituindo-se num alargamento da noção de “democracia social e étnica” de Gilberto Freyre” (GUIMARÃES, 1999, p. 11).

Segundo Telles (2003), não foi Freyre quem criou o termo democracia racial, mas foi ele quem “*expressou, popularizou e desenvolveu por completo a ideia de democracia racial que dominou o pensamento sobre raça dos anos 30 até o começo dos 90*” (p. 50). Assim, como destacamos anteriormente, Freyre afirmou que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo, e esta se encontrava livre porque, segundo ele, “*(...) o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas europeias, indígenas e africanas*” (TELLES, 2003, p.50). Logo, a ideia de uma sociedade sem conflitos e em que os diferentes povos, para utilizar os termos de Freyre, conviviam em harmonia parecia o cenário real da sociedade brasileira da época (COSTA, 1999). Perspectiva que se evidencia quando levamos em consideração as pesquisas acadêmicas da década de 40, das quais destacamos as realizadas por Donald Pierson, que “*concluiu que o Brasil era uma sociedade multirracial de classes em processo de desfazer as diferenças raciais e de assimilar os descendentes de escravos africanos, e por isso muito mais avançada do que a dos Estados Unidos*” (TELLES, 2003, p.52).

Cabe destacar que as ideias de Freyre e de Pierson são complementares, pois ambos acreditavam que o problema do Brasil não era de raça, mas sim de classe, sendo que teria sido a classe que criou as barreiras sociais entre os “*brancos e não-brancos*”. O interessante é notar que esta perspectiva permaneceu no ideário de parcelas da intelectualidade brasileira e de boa parte de nossa sociedade até os anos noventa do século XX (voltaremos a esta questão adiante). Neste contexto, visando compreender e entender as relações raciais no Brasil, a UNESCO patrocinou na década de 1950 um estudo que foi realizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Estes estudiosos contradisseram toda uma corrente de pensamento em voga na academia da época e afirmaram

“Nós brasileiros, dizia-nos um branco, temos preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto está arraigado no nosso meio social’. Muitas respostas negativas explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por esta fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial” (BASTIDE & FERNANDES, 1955: 123).

Os autores acima acabaram por caracterizar uma forma de racismo que ainda não era compreendida e nem identificada na sociedade brasileira, baseada no fato de que a mesma não se via como racista, isto porque a teoria da “*democracia racial*” se

fazia presente no discurso tanto de acadêmicos, intelectuais, quanto da população em geral. Segundo Guimarães (2001)

“Entre 1930 e 1964, vigiu no Brasil o que os cientistas políticos chamam de "pacto populista" ou "pacto nacional-desenvolvimentista", sob o qual os negros brasileiros foram inteiramente integrados à nação brasileira, em termos simbólicos, por meio da adoção de uma cultura nacional mestiça ou sincrética, e em termos materiais, pelo menos parcialmente, por meio da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos, revertendo o quadro de exclusão e descompromisso patrocinado pela Primeira República. Nesse período o movimento negro organizado concentrou-se na luta contra o preconceito racial, mediante uma política eminentemente universalista de integração social do negro à sociedade moderna, que tinha a ‘democracia racial’ brasileira como um ideal a ser atingido.” (2001, p.161)

Guimarães (1999, 2001) nos ajuda a perceber que a “*democracia racial*” ainda se faz presente como conjunto de representações sobre nossa sociedade. Em meio ao golpe militar. A “democracia racial” *continuou “sendo a ideologia dominante por mais cerca de trinta anos, enquanto o governo militar logrou suprimir ideologicamente e pela força qualquer ativismo ou linha de pensamento contrária à oficial”* (TELLES, 2003, p.63-64). Portanto, foi apenas com a democratização que os movimentos antirracistas ganharam força e começaram a reivindicar políticas e ações de combate ao racismo por parte do governo. Estas políticas e ações, no entanto, só vieram a ser implantadas a partir dos anos noventa.

Retomando a ideia de “*mito da democracia racial*” pretendemos compreender se este se faz presente nos dias atuais, pois, segundo Schwarcz (1999), este não desapareceu apesar de se extenuar. É Guimarães (1999) quem nos indica que podem ter acontecido algumas mudanças neste discurso:

“Na academia brasileira, o ‘mito’ passa agora a ser pensado como ‘chave’ para o entendimento da formação nacional, enquanto as contradições entre os discursos e práticas do preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de ‘racismo’. Ou seja, no mesmo terreno em que o movimento negro o pôs. Foi o próprio DaMatta, inspirador da nova leva de estudos (Guimarães 1995; Hasenbalg 1996) que visam definir a especificidade do racismo no Brasil, quem cunhou a expressão ‘racismo à brasileira’ (DaMatta 1981, 1997; Pereira 1996), depois substituída, no senso comum, por outra – ‘racismo cordial’ (Folha de S. Paulo/DataFolha 1995) – forjada pela mídia. Ou seja, não é mais a democracia que será adjetivada para explicar a especificidade brasileira, mas o racismo” (1999, p.16).

Apesar dessas mudanças no discurso, o presente trabalho se propôs a identificar, por meio das entrevistas realizadas, se a democracia racial continua no imaginário dos sujeitos. Nossa hipótese se baseia na afirmação de Guimarães (2001) de que ela “*continua viva enquanto mito, seja como falsa ideologia, seja como ideal*

que orienta a ação concreta dos atores sociais, seja como chave interpretativa da cultura. E enquanto mito continuará ainda viva por muito tempo como representação do que, no Brasil, são as relações entre negros e brancos, ou melhor, entre as raças sociais — as cores — que compõem a nação” (2001, p. 162). Assim, buscamos identificar e compreender essas representações sociais, bem como estas se estabelecem e operam no senso comum.

Apresentada a hipótese, buscamos analisar as práticas cotidianas, por meio das quais muitas vezes as pessoas manifestam o racismo “automaticamente”, sem se darem conta do que disseram, só o percebendo quando são interpeladas por outros que as questionam sobre a forma com que se expressaram. Por esta razão nos interessamos em analisar tais ideias “automatizadas”, que naturalizam as práticas racistas no cotidiano. Isto é, pretendemos refletir sobre o racismo e as consequências dessa “automatização” no imaginário e seus prováveis reflexos em práticas racistas, buscando compreender como isso reverbera nas relações sociais, pois acreditamos que a não percepção de nossa sociedade como racista está conectada a estes mecanismos.

As ideias “automatizadas” seriam as responsáveis pela naturalização dos acontecimentos e das vivências cotidianas dos sujeitos. De acordo com Geertz (1997):

“A religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade. A análise do senso comum, e não necessariamente seu exercício, deve, portanto, iniciar-se por um processo em que se reformule esta distinção esquecida, entre uma mera apreensão da realidade feita casualmente – ou seja lá o que for que meramente e casualmente apreendemos – e uma sabedoria coloquial, com pés no chão, que julga e avalia esta realidade” (1997, p.114-115).

Assim, ao analisarmos as entrevistas, tentaremos compreender e entender como opera o “*imaginário*” e o “*senso comum*” dos sujeitos com relação ao racismo. Isto é, se a ideia de “*democracia racial*” ainda se faz presente no “*imaginário*” de modo que os sujeitos continuem a reproduzir pensamentos associados a esta sem refletir sobre ou sem saber o que estão reproduzindo. Ou seja, se a estão reproduzindo simplesmente por ser “*uma sabedoria coloquial*”. Por isso é importante esclarecermos como entendemos o “*senso comum*”, uma vez que esta perspectiva orientará a discussão e análise das entrevistas.

Geertz (1997) apresenta o senso comum como um sistema cultural organizado, que foi construído historicamente e, devido a isso, está sujeito a padrões e análises

historicamente definidos. Portanto, nos interessou compreender como esses padrões historicamente definidos estão atuando hoje em dia e se aquelas ideias associadas à noção de democracia racial que mencionamos anteriormente, ainda se fazem presentes nas relações sociais diárias. Afinal, o senso comum busca tornar o mundo familiar aos sujeitos. Sendo assim, será que a democracia racial se tornou algo “familiar” no interior de nossa sociedade? Para desvendar isso usamos também a noção de “bom senso” que, segundo Geertz (1997), seria:

“(…) uma forma de explicar os fatos da vida que afirma ter o poder de chegar ao âmago desses fatos. (...) Os tons que apresentam são diferentes, e também são distintos os argumentos com os quais se justificam, mas, como essas outras áreas – ou como arte e a ideologia – o bom senso tem a pretensão de ir além da ilusão para chegar à verdade, ou, como costumamos dizer, chegar às coisas como elas realmente são” (GEERTZ, 1997, p.127-128).

O “*bom senso*” é uma expressão que corresponde ao “*senso comum*”, pois é por meio de atitudes que julgamos ideais e corretas para certas situações que este se realiza. Segundo Geertz (1997), o “*bom senso*” ou “*senso comum*” se fundamenta em cinco propriedades: “*algo como ‘naturalidade’, ‘praticabilidade’, ‘leveza’, ‘nãometodicidade’ e ‘acessibilidade’*” (GEERTZ, 1997, p.129), estas propriedades, afirma o autor, sob a forma de cultura, estão presentes em qualquer sociedade.

A primeira propriedade é a “*naturalidade*” e se fundamenta na noção do senso comum de que as coisas são o que são devido a sua própria natureza. A naturalidade, segundo Geertz (1997), dá “*a todos os temas que seleciona e sublinha o ar de ‘isto é óbvio’, um jeito de ‘isto faz sentido’. São retratadas como inerentes àquela situação, como aspectos intrínsecos à realidade, como ‘é assim que as coisas funcionam’*” (p.129).

A segunda é a “*praticabilidade*”, que o autor afirma ser a mais fácil de verificar a olho nu, pois, “*normalmente, quando dizemos que um indivíduo, uma ação, ou um projeto demonstram falta de bom senso, o que queremos realmente dizer é que não são práticos*” (GEERTZ, 1997, p.132). Esta praticidade seria uma forma utilitária para que os sujeitos se tornem mais sensatos, vivos, sagazes e, assim, quando forem guiados pelo senso comum, os sujeitos percebiam que quando a ação não é prática ela caminha para o fracasso, isto é, é um projeto que não vai funcionar.

A “*leveza*” é a terceira propriedade do senso comum, e pode ser compreendida também como “*simplicidade*” ou “*literalidade*”. Isto é, algo que está claro e posto ali para cada pessoa sem muitos mistérios. Segundo Geertz:

“O mundo é aquilo que uma pessoa bem desperta e sem muitas complicações acha que é. Sobriedade e não sutileza, realismo, e não imaginação, são as chaves para a sabedoria; os fatos que realmente importam na vida estão espalhados pela superfície, e não escondidos dissimuladamente em suas profundezas” (GEERTZ, 1997, p.135).

Outra característica é a “*nãometodicidade*” que, para Geertz (1997), significa que os saberes do mundo estão ligados a uma transmissão não metódica, ou seja, que se espalham na sociedade através das piadas, provérbios, mitos e outras formas que não são válidas por sua lógica científica e sim por fazerem parte da sabedoria popular. A última propriedade é a “*acessibilidade*” que, conforme Geertz (1997), é uma consequência lógica de todas as outras e que “*(...) qualquer pessoa, com suas faculdades razoavelmente intactas, pode captar as conclusões do senso comum, e, se estas forem apresentadas de uma maneira suficientemente verossímil, até mesmo adotá-las.*” (GEERTZ, 1997, p.138)

As ideias de Geertz (1997) acima citadas, nortearão a análise das entrevistas, pois é levando em consideração tais propriedades do senso comum que analisaremos as respostas fornecidas por nossos entrevistados e que buscaremos compreender se a ideia de “democracia racial” ainda se faz presente no “*imaginário*” e “*senso comum*” dos sujeitos.

5. Apresentação e análise dos dados

Iniciaremos a análise traçando o perfil dos entrevistados para, na sequência, fazermos a discussão do conteúdo de suas falas, à luz do referencial teórico, para verificarmos a hipótese levantada por esse trabalho.

Foram realizadas dez entrevistas, cinco com mulheres e cinco com homens, entre eles destacamos que cinco consideramos negros e os outros cinco brancos, porém não houve uma pergunta de auto identificação esta observação foi feita pelo pesquisador, portanto poderíamos ter outros dados se tivéssemos perguntado aos entrevistados. A faixa etária dos entrevistados foi diversificada, colaborando para a heterogeneidade da amostra, isto é, tivemos três jovens (21, 25 e 29 anos), cinco adultos (33, 38, 45, 50 e 56 anos) e dois idosos (65 e 66 anos). Cinco dos entrevistados nasceram na região nordeste, sendo dois nos estados da Bahia, dois no Maranhão, e um em Pernambuco e os outros cinco na região sudeste, em São Paulo. Quanto à escolaridade: três possuem ensino superior completo, três superior incompleto, três ensino médio completo e um ensino fundamental completo.

A análise dos dados obtidos sobre a temática racial nos permitiu identificar alguns discursos que, segundo Simai e Baeninger (2011), podem ser compreendidos como parte de um *“discurso contemporâneo da negação”* (p.197) e do *“efeito terceira pessoa”*, ideias que serão melhor apresentadas no decorrer da análise.

As entrevistas apresentaram um padrão de respostas para a questão sobre a compreensão do racismo, isto é, apesar das formas das falas terem sido distintas, o conteúdo foi semelhante como se pode notar nas falas a seguir: *“Compreendo o racismo como uma discriminação com os negros, quero dizer que um branco tem um gesto de desprezo ou de superioridade com um negro só por causa da sua cor”*; *“Racismo é uma ideia preconcebida sobre uma determinada raça, ops etnia, pois só há uma raça, a humana, né? Essa ideia pode ser positiva ou negativa, mas normalmente é negativa e coloca uma etnia em superioridade a outra”*; *“O racismo é a tendência a dar e acreditar na superioridade de algumas pessoas, os brancos, né, e na inferioridade de outras, que somos nós negros”*; *“é uma atitude de alguém discriminar uma pessoa por sua etnia, posso dizer cor também?”*; e *“O racismo é a tendência do pensamento e atitudes, em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas e superiores umas às outras. Onde existe a convicção de que algumas pessoas são melhores por suas características físicas, ou sua inteligência e até mesmo nas manifestações culturais que mostram ser superiores a outras”*.

É interessante ressaltar que em muitas falas não foi utilizado o termo “raça” em seu sentido sociológico. Alguns entrevistados se corrigiram depois de usar “raça” e preferiram o termo “etnia” ou explicitaram o que diziam por meio das palavras *negro* e *branco*, como nas falas expostas anteriormente. Destacamos a fala de um entrevistado que salientou a questão da “etnia” e disse: *“racismo é quando alguém coloca a questão da etnia da pessoa em primeiro lugar e faz a diferenciação, então distingue as pessoas pela etnia, me parece que isso seja racismo. No caso da etnia dos negros, a pessoa destaca isso e aí me parece racismo”*.

A ideia de racismo que a maioria dos entrevistados manifestou se aproxima da definição utilizada nesse artigo, proposta por Guimarães (2004), de que *“o racismo é também referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial, seja no plano moral, estético, físico ou intelectual”* (2004, p.17), mas também dialoga com a proposta por Lima e Valva (2004) *“O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é resignificada em*

termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento” (2004, p.402). Logo, nota-se que as ideias de racismo que as falas manifestaram estão de acordo com as definições, pois nas falas destacaram a ideia de superioridade, ou hierarquia, e que os atributos físicos são a maneira pela qual o racismo é percebido e caracterizado.

O interessante é que, durante as entrevistas, a maioria dos discursos se pautou por uma elaboração a partir do que Geertz (1997) chamou de “*bom senso*”. As pessoas procuraram, durante as entrevistas e enquanto o gravador esteve ligado, falar de uma maneira que não as comprometesse e sem demonstrar qualquer atitude racista, portanto, conforme Geertz (1997), tendo atitudes que julgam corretas e ideais para determinadas situações, o que caracteriza a ideia de “*senso comum*” e ficou evidente quando alguns entrevistados afirmaram que “*esse é um tema bem delicado*”.

Para identificar o que os entrevistados percebem como sendo práticas racistas fizemos as seguintes perguntas: O que define/caracteriza uma atitude racista para você? Por quê?; Você já observou/presenciou no seu dia a dia atitudes racistas? Por quê?. Destacaremos, a seguir, algumas respostas dos entrevistados a estas perguntas:

“Ah de alguém não ser aceito num lugar por conta da etnia, da cor da pele. Ao contratar uma empregada doméstica se eu fizesse a exigência na agência de que a pessoa não fosse negra, acredito que isso seria uma atitude racista...”;

“(…) entrei numa concessionária de carros para comprar e tinha uma pessoa negra do meu lado que também estava entrando e veio ao nosso encontro um vendedor e ele se dirigiu primeiramente a mim, mas ele poderia ter se dirigido a outra pessoa. Mas eu não posso afirmar que isso é uma prática racista, pois é muito sutil e não posso afirmar...”;

“As atitudes racistas sempre existiram, na maioria das vezes como uma defesa dos brancos contra a população negra, para que estas não tenham as vantagens que eles têm. Além disso tem também a questão da dominação física e psicológica com nós negros...”;

“(…) excluir um negro de seu grupo de amigos, ou até da sua escola, e ainda ter alguma atitude que faça com que a outra pessoa se sinta rebaixada, inferiorizada e um nada. É muito comum ver uma menina sofrer xingamentos de seus colegas por causa de seu cabelo, acho que o cabelo é uma das primeiras formas que sofri bastante. Acho que foi racismo, né?...”;

“As manifestações racistas são atitudes tomadas por pessoas que se acham superiores às outras por terem uma pele mais clara, como se isso fosse determinante para provar o caráter de alguém e para dizer que ela é melhor ou pior que a outra por causa da cor da sua pele...”;

“É quando uma pessoa lhe destrata por causa da cor da sua pele, por exemplo, eu vou a uma loja e vejo um branco ser atendido de uma maneira pela atendente, porém quando termina de atender ele, e se dirige a mim a forma com que me trata é diferente. E acredito que isso só acontece por causa da minha cor da pele...”;

“É o ato de julgar e agir de uma pessoa com alguém pela sua aparência e diferenciá-la por causa da sua cor, é acho que é isso mesmo quando uma pessoa tem atitudes diferentes com outra só por causa da cor da pele...”.

Com essas falas conseguimos apresentar a percepção que os entrevistados possuem da ideia de práticas racistas e também verificar que a totalidade dos entrevistados identifica racismo e práticas racistas em seu cotidiano. Além disso, alguns exemplos citados acima mostram que há uma percepção por parte da sociedade de que o racismo existe e as práticas racistas são cotidianas, apesar de algumas vezes não poderem ser identificadas, como nos sugere a fala “*é muito sutil e não posso afirmar*”. Como constata Costa (2006), “a população brasileira percebe a existência do racismo, falta o passo seguinte que é reconhecer a necessidade de combatê-lo” (2006, p.218).

Podemos exemplificar com a proposta de Geertz (1997) da “*nãometodicidade*”, pois algumas falas e atitudes se tornam tão corriqueiras e naturais e fazem as práticas racistas difíceis de ser identificadas, como demonstrado na fala citada acima. No entanto, podemos notar algumas piadas e até mesmo atitudes diárias em nosso convívio que expressam essa naturalidade, como notamos em algumas falas de um dos entrevistados: “*ah de noite quando vejo uma pessoa negra e estou sozinha costuma atravessar a rua, não é preconceito, mas sabe como é, né?*”, que indica que o que caracteriza alguém como “perigoso” ou não, é a cor da pele. Isso não ocorre com pessoas brancas, provavelmente se ele visse uma pessoa branca sozinha de noite vindo em sua direção não tomaria qualquer atitude. Alguns estereótipos são marcados em nossa sociedade, apesar da permanência do “*mito da democracia racial*” no imaginário dos entrevistados.

É necessário compreender que o discurso, isto é, a fala dos sujeitos, tem reflexos em seus comportamentos e atitudes diárias, portanto o discurso segundo Simai e Baeninger (2011) se caracteriza por:

“Interpretações discursivas informam e regulam o comportamento (PARKER & BURMAN, 1993), ou seja, demonstram como as pessoas posicionam a si mesmas e como se posicionam em relação aos outros. Entretanto, apesar dos sujeitos poderem ser agentes na escolha de suas interpretações da realidade social, tais discursos podem ser construídos por contextos histórico-sociais. Nesse sentido, o discurso em ação, as verbalizações dos sujeitos, refletem ideologias que se tornaram experiências vividas” (2011, p.196).

Conforme sugerem os autores no trecho que destacamos acima, notou-se na análise das entrevistas que a maioria dos entrevistados acabou por alinhar seu discurso a uma ideologia existente hoje na sociedade, o que indica a existência de um “*contexto histórico-social*”, contexto esse em que percebe-se que a ideologia da “*democracia racial*” persiste. Algo que também se evidencia quando os entrevistados

falam sobre sua opinião a respeito das políticas de ações afirmativas. Segundo algumas falas: “*não é que os negros não tenham acesso às universidades, mas acho que a questão é mais social, pois há brancos pobres e estes não serão beneficiados pelas cotas universitárias*” (grifo nosso, pois o entrevistado não mencionou exatamente o termo universitárias); “*não é comum você encontrar um negro em cargo de chefia, você já viu? Por isso as políticas são necessárias para dar oportunidades de nós negros estar (sic) na chefia*”; “*não há falta de oportunidades em nossa sociedade e muito menos de acesso aos negros, faltam políticas sociais, isso sim, não só para os negros, pois acredito que com essas medidas de ação afirmativa, é isso mesmo, senhor? Vai, aí sim, criar diferenças em nossa sociedade que hoje não tem*”; e “*vejo que na sociedade hoje quem são as pessoas que mais estão fora de uma prática cidadã de exercício de cidadania, e fazer valer seus próprios direitos, são essas pessoas negras, então elas precisam de uma medida compensatória para se incluírem na cadeia de direitos*”.

Por meio das falas acima destacadas percebe-se uma dialética constante do que Geertz (1997) chama de “*naturalidade*” de um lado e o “*mito da democracia racial*” do outro, isto é, nota-se que essa constante perpassa as falas e a forma como membros da sociedade brasileira percebem o racismo, pois há momentos em que a reconhecem e em outros a identifica como um problema social. Ribeiro (2013) destaca:

“Esse sistema tão bem engendrado, tendo por base o racismo, vem se estruturando e modificando ao longo dos séculos, mantendo sua centralidade que é a dominação e exploração, permanecendo como um fenômeno arraigado na sociedade. Segundo João José Reis (2000, p.96), mesmo que o racismo brasileiro tenha sido chamado de cordial⁵ o resultado é perverso, os negros permanecem “em seu lugar”, não tem representação em espaços políticos e de poder. Portanto, o racismo não é produto do desvio de alguns racistas, é parte do sistema que tem por base a exploração e a desumanização dos seres humanos, gerando profundas exclusões.” (2013, p.39)

Podemos perceber portanto que essa dialética não é um desvio, mas uma atitude consciente que ao longo da história caracteriza a atuação e pensamento tanto do grupo dominante, os brancos, quanto do dominado, os negros, o que permite que os primeiros continuem a possuir quase o monopólio da representação em espaços políticos e de poder. O que os dados sobre o imaginário dos sujeitos permite identificar é que “*democracia racial*” é tão perversa que “*naturaliza*” certos comportamentos e

⁵ “A pesquisa Datafolha (Racismo Cordial, 1995) reafirmou, na opinião pública, a imagem do Brasil como um país onde vigora a democracia racial, com base em uma relação pacífica entre as raças. A pesquisa apontou a vigência de um “racismo cordial”, visão fortemente criticada por muitos estudiosos das relações raciais, segundo os quais a pesquisa tende a reforçar preconceitos raciais.” (RIBEIRO, 2013, p.39 Nota)

atitudes e permite caracterizar a desigualdade entre brancos e negros como problemas sociais e não raciais.

Isto é perceptível com maior incidência nos discursos, uma vez que existe a “estratégia” de terceirizar as representações de racismo e as práticas racistas. Segundo Simai e Baeninger:

“o efeito terceira pessoa é um padrão semântico através do qual as pessoas conseguem encontrar uma desculpa para se livrarem de uma situação, de um caso, de um exemplo mencionado. Isso significa, que a pessoa é capaz de se referir a uma humilhação, a um embaraço potencial ou a um caso proibido ideológica e moralmente, colocando a culpa em outras pessoas que não estejam presentes na ocasião da narração da história” (2011, p.206).

Por exemplo, a pesquisa do Datafolha (1995) apresentou esse efeito terceira pessoa, pois nesta a maioria dos entrevistados disseram não serem racistas, mas praticamente todos afirmaram conhecer alguém que seja. Nossa pesquisa também identificou esse tipo de discurso em algumas falas, como as destacadas a seguir: *“tenho um amigo que costuma atravessar a rua quando de noite vê um negro caminhando em sua direção”*; *“há pessoas que são bem racistas e isso você pode notar pela forma como ela fala dos negros e até os desqualifica”*; *“outro dia entrei no elevador e algumas pessoas mudaram suas expressões quando um negro entrou mal vestido”*; *“as pessoas tem costume de caracterizar os negros como pessoas ruins, mas isso não é o meu caso”*; *“a filha da vizinha se casou com um mulato”*. A prática dos discursos em terceira pessoa se faz presente e muitas vezes surge para referendar aquilo que Geertz (1997) denominou *“leveza”*, *“nãometodicidade”* e *“acessibilidade”*, afinal as pessoas acham que as coisas são assim porque são e acabam *“captando”* essas conclusões do *“senso comum”*, as adotando e reproduzindo como sendo *“naturais”*.

O interessante é perceber que todos os entrevistados que não foram vítimas de práticas racistas relataram em terceira pessoa esse tipo de acontecimento, porque ou eles viram a prática acontecer, presenciaram, ou identificaram uma outra pessoa como racista. Apenas um entrevistado, após o gravador ter sido desligado, relatou um acontecimento que tinha vivenciado horas antes:

“Vou te contar uma coisa, aqui entre nós, agora que o senhor já me entrevistou. Hoje mesmo fui numa loja de conveniência, desses postos de gasolina, e o atendente era negro e confesso perdi minha paciência por umas coisas que ele fez enquanto me atendia e pelo descaso também, pô meu, eu sou branco e o cara ficou o tempo todo me medindo só porque tô com a blusa furada? Aí nessas horas sabe como são as coisas, né, passa um monte de coisa na cabeça. Ia falar poucas e boas para ele, mas como tinham outras pessoas fiquei quieto. Porém, aqui entre nós, brancos, só podia ser um preto *“filha da puta”*, devia voltar para o tronco pra ver se aprende a atender as pessoas”.

Assim, com essa expressão violenta, que não foi registrada pelo gravador, podemos notar que a discriminação está presente em nossa sociedade e que como propõe Lima e Valva (2004), *“é como se o preconceito fosse um vírus latente ou adormecido, que corrói os tecidos sociais com violência discreta quando a norma da igualdade está saliente, mas que, quando encontra uma norma social qualquer que justifique a sua expressão mais virulenta, explode em fanatismo (...)”* (2004, p.408). Isto é, o racista, quando encontra uma forma para expressar sua virulência, como no encontro com uma pessoa que compactue, ou supostamente o faça, com suas ideias preconceituosas, se sente à vontade para expressar toda sua violência para com a população negra, mas não a manifesta em público, como no caso do entrevistado. Que, entre outras coisas, contou que se conteve porque *“tinha outras pessoas”* no ambiente.

A pesquisa ainda permitiu constatar, por meio das duas últimas questões, outra expressão do *“mito da democracia racial”*, pois quando os entrevistados foram responder se se relacionariam com uma pessoa de outra raça/cor e se teriam filhos com esta pessoa, surgiram respostas como: *“já sou casado, mas já me relacionei com pessoas de outra cor sim, mas hoje estou casado com uma mulher branca”*; *“não tenho nada contra as pessoas que se relacionam com outras diferentes de você, mas eu tenho uma preferência por mulheres como eu, você sabe, né, somos mais parecidos nos gostos e jeitos”*; *“sim já me relacionei e tenho até filho com um homem branco, mas não nos casamos e a família dele sempre me olhou meio estranho”*; *“sim, me relacionaria sem nenhum problema”*; *“claro que sim, as mulheres negras são diferentes”* e *“não, não me sinto atraída por homens negros”*. Como podemos perceber, a maioria das respostas foram positivas, isto é, se relacionariam ou já se relacionaram, mas quando a pergunta sobre ter filhos com essa pessoa era feita as respostas mudavam: *“ahhh, ter filhos eu não teria não, pois sabe como é, né, você me entende, não sei explicar, mas sei que me entende”*; *“filhos não teria não, só diversão mesmo”*; *“não teria filhos, até porque você sabe, sou gay, né”*; *“teria filhos sem problemas, mas como não me sinto muito atraída por negros, provavelmente isso não acontecerá”*; *“sim, sem nenhum problema”*; *“não, pois acredito que devemos ter filhos com homens negros para fortalecimento de nossa identidade também, mas se acontecer tudo bem, ué”*; *“claro que sim, adoraria ter um filho com uma mulher branca”* e *“não, se não me sinto atraída por homens negros como vou ter filhos com eles, moço?”*.

As falas acima apresentaram o discurso da negação e, segundo Simai e Baeninger (2011), *“uma negação é um dispositivo semântico que contém uma parte*

aparentemente neutra do 'nós' e uma parte claramente negativa 'deles' ou dos 'outros' (...) de acordo com Petrova (2000, p.32) *'uma negação pessoal é tão típica da maioria dos discursos contemporâneos que pode ser vista como um marcador ideológico'* (2011, p. 206/207). Logo percebe-se que a negação apresentada pela maioria das falas dos entrevistados que destacamos apresenta traços do que entendemos como parte do *"mito da democracia racial"*. Além disso, destacamos que nessas duas últimas perguntas algumas pessoas demoraram, gaguejaram, e eventualmente apresentaram um longo silêncio, até responder e outras duas pessoas, que finalizaram as entrevistas com o gravador desligado, preferiram não respondê-las. Como a não resposta é um dado com o qual nós pesquisadores também teremos que lidar, entendemos a falta de resposta por parte desses dois entrevistados como algo que corrobora a validação de nossa hipótese.

6. Considerações Finais

Por meio das entrevistas realizadas e sua análise, pudemos perceber a existência de práticas veladas de racismo no cotidiano, o que entendemos indicar a presença do *"mito da democracia racial"* no imaginário dos sujeitos entrevistados. Acreditamos que alcançamos os objetivos deste trabalho, que visava compreender o que os sujeitos entendem por racismo, como o identificam no seu dia a dia, como as práticas racistas são percebidas e o modo de suas manifestações.

As práticas racistas e o racismo foram evidenciados em algumas falas de nossos entrevistados, o que nos parece indicar que ainda se faz presente a ideia de democracia racial que, segundo Guimarães (2004), consiste em:

“(...) (1) reafirmar os ideais de igualdade formal perante a lei, não aceitando qualquer tipo de discriminação positiva do negro; (2) explicar as desigualdades raciais existentes a partir de diferenças econômicas; (3) associar a imagem negativa do negro, assim como a persistência de estereótipos, ao desempenho social inferior do próprio negro” (GUIMARÃES, 2004, p.81-82).

Percebe-se que estes pontos, propostos por Guimarães (2004), ainda operam como base a partir da qual são elaborados pensamentos e orientadas atitudes em nossa sociedade. Percebemos em algumas entrevistas que as práticas racistas, se dão de forma sutil, o que muitas vezes faz com que a discriminação passe despercebida para a pessoa, pois esta já está *"naturalizada"* (GEERTZ, 1997) no imaginário do sujeito, fazendo com que este algumas vezes tenha dificuldades em saber se presenciou uma situação de discriminação racial e/ou foi discriminado por causa da raça. Assim, a hipótese de que a *"democracia racial"* ainda se faz presente no imaginário do sujeitos foi comprovada por meio dos dados obtidos com as entrevistas.

Outro ponto importante é que a pesquisa nos apresentou a questão da “*branquitude*”, que não foi trabalhada nesse artigo, o problema é a relação da “*branquitude*” e com a manutenção do mito da “*democracia racial*” no imaginário dos sujeitos, pois, segundo Bento (2002), “(...) *os estudos silenciam sobre o branco e não abordam a herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude como uma guardiã silenciosa de privilégios.*” (2002, p. 46) Assim, acreditamos sair deste trabalho com uma nova hipótese e sugestão para outra pesquisa, um estudo sobre a “*branquitude*” e sua relação com o “*mito da democracia racial*”.

Por fim, registramos que a pesquisa aqui apresentada foi essencial para abrir ainda mais caminhos e horizontes para a compreensão das relações raciais em nossa sociedade e nos suscitar novos interesses de pesquisa.

7. Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Unesco/Anhembi, 1955.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia)- Instituto de Psicologia, USP, São Paulo, 2002.
- COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DAMATTA, Roberto. Digressão: **A Fábula das três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira**. In: *Relativizando: introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p.58-85.
- DIWAN, Pietra. **Raça Pura: Uma história de eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- FROTA-PESSOA, Oswaldo. **Raça e eugenia** In: SCHWARCZ, Lília Mortiz, QUEIROZ, Renato da Silva (orgs) *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn, (orgs.) **Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.
- _____. **Preconceito e Discriminação**. 2ª edição. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2004.
- _____. **Classes Raças e Democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.** Revista Novos Estudos 2011 disponível em http://www.novosestudos.com.br/v1/files/uploads/contents/95/20080627_democracia_racial.pdf acessado em 16 de janeiro de 2013.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis. Editoras Vozes, 2003.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** Brasília/São Paulo. Editora Paralelo 15 & Editora UNESP, 1998.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: percursos e estratégias – 1986 a 2010.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro.** In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz, QUEIROZ, Renato da Silva (orgs) Raça e Diversidade. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. **Questão Racial e Etnicidade.** In: MICELI, Sergio (org) O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999. Disponível em <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=636&Itemid=421> acessado em 16 de fevereiro de 2013.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácido da desigualdade: breve digressão sobre racismo In. **Racismo no Brasil.** São Paulo: Peirópolis; Abong, 2002.

SILVA, Josenilton et al. A promoção da Igualdade Racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial – uma análise dos últimos 20 anos.** Brasília: IPEA, 2009.

SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana. Discursos, Negação e preconceito: bolivianos em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). **Imigração Boliviana no Brasil.** Imigração Boliviana no Brasil / Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.